



U O PRINCIPE REGENTE, Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que em Consulta da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação do Estado do Brazil, e Dominios Ultramarinos Me foi presente, que Havendo Eu Permittido pelo Alvará do primeiro de Abril de mil oitocentos e oito aos Meus fieis Vassallos poderem estabelecer, qualquer que seja o Paiz, em que habitem, todo o genero de manufacturas, sem exceptuar alguma, fazendo os seus trabalhos em pequeno ou em grande, como mais util fosse aos empregados, era muito conveniente ao progresso, e adiantamento dellas, que Eu Me Dignasse de Ampliar a isenção dos Direitos de importação, concedida ás manufacturas do Reino pelo paragrafo segundo do outro Alvará de vinte e oito de Abril de mil oitocentos e nove, tambem a favor da importação daquellas que se fabricassem no Brazil, ficando isentas de pagar Direitos de Entrada em todos os Portos deste Estado, ou sejam producção de Fabricas nelle estabelecidas por Provizão da mesma Real Junta, ou de trabalhos particulares dos Habitantes das differentes Capitanias, pois que a experiencia tem mostrado, que pelo motivo de se exigirem do Fio, e Tecidos de Algodão na Alfandega desta Corte, quando são transportados por mar, os mesmos Direitos de dezaseis por cento de Entrada, que se cobrão das mercadorias Estrangeiras, vindas por conta, e em Navios dos Meus Vassallos, se tem preferido o meio da condução por terra com o fim de se isentarem de pagar os ditos Direitos, de sorte que fiquem assim gravados semelhantes generos com as despesas de carretos em mais subido preço do que convem para serem empregados pelas Fabricas de Tecidos, Tinturaria, e Estamparia que de proximo se estabelecêrão nesta Corte, e que não chegarão promptamente ao desejado ponto de prosperidade, em quanto pagarem das suas manufacturas Direitos de importação iguaes aos que pagão os Estrangeiros; bem assim Me foi tambem pre-

zente que de dependerem de Provizões da sobredita Real Junta os Fabricantes, que se quizerem estabelecer nas Capitánias do Pará, Maranhão, e em outras distantes desta Corte, para poderem gozar do beneficio da isenção dos Direitos das materias primeiras que servem de baze ás suas manufacturas, como pelo paragrafo primeiro do referido Alvará de vinte e oito de Abril de mil oitocentos e nove Fui Servido Liberalizar, se podia seguir grave detrimento ao progresso de taes empresas pela impossibilidade de as obterem em todas as occasiões, e no momento em que lhes forem necessarias: Tomando em Consideração o expendido, e Querendo por effeito da Minha Paternal Solicitudade remover todos os obstaculos, que possão retardar a Industria, e o Commercio de Meus Vassallos de humas para outras Capitánias deste Estado, e favorecello de hum modo a elles muito vantajozo: Sou Servido, Conformando-me com o parecer da mencionada Consulta, e por ampliação, e declaração do supracitado Alvará de vinte e oito de Abril de mil oitocentos e nove, Ordenar o seguinte.

Todo o Fio de Algodão, e todos os Tecidos, e Estamparias delle, e igualmente de Seda, ou Lã, que se fabricarem nesta Corte, e nas Capitánias deste Estado, ou sejam producção de Fabricas estabelecidas por Provizão da Real Junta do Commercio, ou do trabalho particular dos Habitantes, serão isentos de pagar todos, e quaesquer Direitos de Entrada, e Sahida na Alfandega desta Corte, e nas outras Alfandegas deste Estado, pela maneira no dito paragrafo segundo ordenada a respeito das manufacturas Nacionaes, e do Reino.

A Real Junta do Commercio deste Estado fica authorizada para delegar ás Mezas de Inspecção, e na falta dellas aos Magistrados Territoriaes, pelas Provizões de Fabrica, que expedir, a Jurisdicção que no referido Alvará de vinte e oito de Abril de mil oitocentos e nove lhe está incumbida, a fim de que mostrando os Fabricantes, que tiverem a dita Provizão, que comprarão para o gasto das suas Fabricas materias primeiras, que sirvão de baze ás suas manufacturas, lhes possão dar At-

testações, pelas quaes nas Alfandegas respectivas se despachem livres do Direito de Entrada na fórma da disposição do paragrafo primeiro do mesmo Alvará, ficando os Fabricantes sujeitos a verificar, que as consumirão todas no uso de sua industria, e aos mais exames, e averiguações que as referidas Authoridades julgarem necessarias para se evitar a fraude, e descaminho dos Meus Reaes Direitos.

As mencionadas Attestações terão toda a fê, e validade nas Alfandegas onde forem apresentadas, e serão expedidas livres de esportulas, e sómente com o emolumento de duzentos e quarenta reis para os Secretarios das Mezas de Inspecção, ou Escrivães que as passarem; e as mesmas Mezas, e Magistrados Territoriaes darão impreterivelmente conta no fim de cada hum anno á sobredita Real Junta do Commercio deste Estado da quantidade das materias primeiras, que concederão livres, com especificação das Fabricas a que se destinarão, e do seu estado, e adiantamento; e os Juizes das Alfandegas igualmente darão em todos os annos conta á mesma Real Junta da importancia dos Direitos assim perdoados, para se poder formar o quadro ordenado no paragrafo quinto do dito Alvará.

Pelo que; Mando á Meza do Desembargo do Paço; Meza da Consciencia, e Ordens; Prezidente do Meu Real Erario; Conselho da Minha Real Fazenda; Regedor da Caza da Supplicação; Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação deste Estado do Brazil, e Dominios Ultramarinos; e a todos os Meus Tribunaes; Prezidentes, e Deputados das Mezas de Inspecção; Ouvidores; Juizes de Fôra; Ministros de Justiça; e mais pessoas a quem o conhecimento deste Meu Alvará pertencer, o cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém, sem embargo de quaesquer Leis em contrario, que todas Hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas Fizesse expressa, e individual menção. E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por

ella não ha de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Lei em contrario. Dado no Rio de Janeiro aos seis de Outubro de mil oitocentos e dez.

PRINCIPE . . .

Alvará com força de Lei pelo qual Vossa Alteza Real He Servido Ampliar, e Declarar o Alvará de vinte e oito de Abril de mil oitocentos e nove, isentando de Direitos de Entrada e Sahida, em todas as Alfandegas deste Estado, o Fio de Algodão, e todos os Tecidos, e Estamparios delle, e de Seda, ou Lã que se fabricarem nesta Corte, e nas Capitancias deste Estado; e Permitindo a beneficio do estabelecimento de Fabricas nas mesmas Capitancias, que a Real Junta do Commercio possa delegar a Jurisdicção que a esse fim lhe está confiada no dito Alvará; tudo na fôrma acima exposta.

Para Vossa Alteza Real ver.

Por immediata Resolução de Sua Alteza Real de vinte e oito de Agosto de mil oitocentos e dez, tomada em Consulta da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação deste Estado do Brazil, e Dominios Ultramarinos de dezoito do mesmo mez e anno.

Luiz Joze de Carvalho e Mello.

Leonardo Pinheiro de Vasconcellos.

Manoel Moreira de Figueiredo o fez escrever.

Braz Martins Costa Passos o fez.

Registado na Secretaria da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação deste Estado do Brazil, e Dominios Ultramarinos a folhas cincoenta e oito verso do Livro primeiro do Registo de Leis, Alvarás, e Decretos. Rio de Janeiro, oito de Outubro de mil oitocentos e dez.

Joze Joaquim Moreira.

Na Impressão Regia.

